

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2.158/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FAPEMIG E A EMPRESA TOPUS CONSTRUTORA S/A**

A **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG**, com sede na Rua Raul Pompéia, nº 101, Bairro São Pedro, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 21.949.888/0001-83, neste ato representada por seu Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, Sr. Paulo Kleber Duarte Pereira, conforme Ato de nomeação do Senhor Governador, datado de 07/03/2007, publicado no diário oficial do Estado em 08/03/2007 e delegação prevista na Portaria PRE nº 005/2003, publicada no "Minas Gerais" de 04/04/03, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **TOPUS CONSTRUTORA S/A**, sediada na Avenida Raja Gabaglia, nº 3.502, sala 402, Bairro Estoril, nesta Capital, neste ato representada por seus diretores Alexandre Milton Lodi, inscrito no CPF nº 485.792.206-10, Frederico Milton Lodi, inscrito no CPF nº 596.200.486-87 e Franco Meloni inscrito no CPF nº 059.994.588-54, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2.158/2010**, de acordo com o Processo Licitatório 018/2010 – **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 01/2010**, nos termos das Leis Federais nº. 8.666, de 21/06/1993, nº. 5.194, de 24/12/1966, com suas alterações posteriores; do Decreto Estadual nº. 44.431, de 29/12/2006 e da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 09/2003 e mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, por parte da **CONTRATADA**, de execução integral e perfeita de obras e serviços de engenharia necessários à construção da sede da **CONTRATANTE**, sob o regime de empreitada a preço global, tipo menor preço, conforme definido nos elementos técnicos constantes do Projeto da Obra e de acordo com o Orçamento/Planilhas e Cronograma Físico-Financeiro que integram a Proposta homologada, todos partes integrantes deste instrumento, além do edital de licitação e seus anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 A execução do objeto deste contrato compreende todas as etapas da obra, dos serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** até a sua entrega à **CONTRATANTE** em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

2.2 A execução de obras e serviços de engenharia objeto do presente instrumento





jurídico deverá se realizar de acordo com o Projeto da Obra e com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, obedecendo, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes no país, no Estado de Minas Gerais e no Município de Belo Horizonte, bem como aquelas Complementares e Particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes no projeto, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

2.2 As obras e serviços de engenharia de que cuidam este contrato serão realizados pela CONTRATADA, que os executará por seus próprios meios, podendo subcontratar outra empresa apenas para realização de etapas da obra e somente após aprovação, por escrito, da Comissão de Infra-Estrutura da CONTRATANTE, nos termos da Cláusula Décima Quinta.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

A obra objeto deste instrumento deverá estar executada e concluída, em condições de entrada em operação, dentro do prazo de 14 (quatorze) meses, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas conforme previsto no Cronograma Físico-financeiro.

**Parágrafo Único:** O prazo de execução da obra somente poderá ser prorrogado, em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei nº. 8.666/93, desde que aprovado pela CONTRATANTE, após requerimento prévio da CONTRATADA, devidamente justificado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

A vigência do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante assinatura de Termo Aditivo, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

O valor global dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA fica estimado em R\$48.015.822,01 (quarenta e oito milhões, quinze mil e oitocentos e vinte e dois reais e um centavo), sendo o pagamento processado na forma da cláusula sétima.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da CONTRATANTE, para o presente exercício e para outra a que a suceder: 2071.19.122.701.2002.0001.449051.03.60.1.0.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO**

7.1. Obedecido o Cronograma Físico-financeiro aprovado, será procedida mensalmente pela CONTRATADA, até o último dia do mês, a medição dos serviços realizados naquele período, submetendo-a à aprovação da fiscalização da

591

DEPTO.  
COMPRAS  
5912010  
Assinatura

FAPEMIG



CONTRATANTE e do gestor do contrato.

7.2 As medições conterão a relação de serviços efetivamente executados, suas quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais. Os preços unitários serão os constantes do Orçamento/planilhas para Construção da Nova Sede constantes da Proposta homologada.

7.3 A apuração do serviço executado, deverá corresponder ao período do primeiro ao último dia de cada mês, sendo possível, desde que devidamente justificado e aprovado, apurar-se período inferior ou superior a 30 (trinta) dias.

7.4 Após aprovação da medição pela fiscalização da CONTRATANTE e pelo gestor do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar na sede desta fundação, a(s) nota(s) fiscal (is) correspondente(s) à medição.

7.5 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços e quantidades contratados e efetivamente executados - conforme medição aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE e pelo gestor do contrato-, os preços integrantes do Orçamento/planilhas para Construção da Nova Sede constantes da Proposta homologada.

7.6 O prazo previsto para pagamento das medições pela CONTRATANTE é até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao da medição;

7.7 Em caso do não atendimento ao disposto no item 7.6, o valor da medição poderá ser atualizado monetariamente a partir do 1º (primeiro) dia do 2º (segundo) mês subsequente ao período medido, até a data do seu efetivo pagamento, mediante a utilização do INPC, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

7.8 O pagamento somente será liberado mediante a aprovação pela fiscalização da CONTRATANTE, dos seguintes documentos a serem apresentados pela CONTRATADA, exigíveis na solidariedade; discriminados no Art. 197, Inciso II, letras a, b, c e parágrafos 1, 2, 3 e 4 da letra "e", IN nº 100 de 18 de dezembro de 2003 do INSS:

- a) GFIP identificada com a matrícula CEI da obra, com Código 155 ou 908, constantes no Manual da GFIP, com comprovante de entrega;
- b) Cópias das Notas Fiscais, Faturas ou recibos de prestação de serviços emitidos por subcontratados, com vinculação inequívoca à obra, e dos comprovantes dos documentos de arrecadação de retenção acompanhada das informações específicas do tomador da obra;
- c) Cópia da Guia de Recolhimento Específica, quitada, recolhida com a identificação da matrícula da obra - CEI;
- d) Resumo da folha de empregados da obra;
- e) CND do INSS e CRF do FGTS;
- f) Comprovação que a CONTRATADA adota escrita regular no período de duração da obra, mediante cópia do Livro Diário da Obra devidamente formalizado e declaração firmada pelo representante legal da empresa de que os valores apresentados estão contabilizados,

7.9 A CONTRATADA deverá discriminar na Nota Fiscal ou Fatura, os valores correspondentes ao fornecimento de material ou de equipamento na execução do serviço, cujo total, será deduzido do valor bruto da Nota Fiscal ou Fatura, para base de cálculo da contribuição complementar a ser retida para o INSS, caso não



configure na GPS apresentada, a comprovação dos requisitos mínimos previstos no RPS.

7.10 A CONTRATADA deverá comprovar o recolhimento do ISSQN de cada Nota Fiscal emitida, relativa à execução desta licitação referente ao mês imediatamente anterior ao da emissão da Nota Fiscal, no local da execução da obra ou prestação de serviço, excetuando-se, a obra executada no Município de Belo Horizonte, cujo imposto será retido na fonte de acordo com a legislação pertinente.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇOS**

8.1 Quando o período de execução dos serviços ultrapassar de 1(um) ano após a assinatura do contrato, os preços poderão ser reajustados, a partir desta data, desde que haja pedido expresso da parte interessada, para cobrir flutuações de custos dos insumos na mesma proporção e periodicidade da variação verificada no índice especificado. No caso de verificação de deflação, os preços poderão ser reajustados para valores menores ao apresentado na proposta. Os montantes dos pagamentos serão reajustados na forma da lei com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

$I_1$  = índice do mês do fato gerador do evento do faturamento

$I_0$  = índice do mês da apresentação da proposta

V = Valor da fatura a ser reajustada

$I_1$  e  $I_0$  = fornecidos pelo INCC da Fundação Getúlio Vargas.

8.2. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do cálculo do reajuste, será utilizado o índice que estiver disponível e o cálculo do reajuste será corrigido no pagamento seguinte.

8.3. No caso de existirem eventuais atrasos por responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

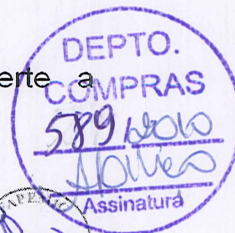
### **CLÁUSULA NONA – DOS RISCOS DA CONTRATADA**

Todos os riscos de perdas e danos relativos à propriedade física e de acidentes pessoais e/ou morte que ocorram durante a execução do contrato e em consequência de tal execução, excetuando-se os riscos constantes da legislação brasileira, são de responsabilidade da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO SEGURO**

10.1 A CONTRATADA deverá manter contrato de seguro que acoberte a CONTRATANTE e a CONTRATADA em relação a:

a) danos a obras e materiais, de 100% (cem por cento) do valor do contrato;





b) danos a terceiros, pessoas e/ou bens, resultantes de ação ou omissão da CONTRATADA, de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato;

c) danos a propriedades da CONTRATANTE e/ou de terceiros que estejam sob sua guarda, custódia ou controle, de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato;

d) morte ou invalidez permanente de qualquer pessoa autorizada a visitar ou permanecer no canteiro de obras, ou vitimada fora deste, em razão da execução do objeto do contrato, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) por pessoa vitimada.

10.2. A cobertura do seguro deverá abranger o período correspondente ao início da execução do objeto deste contrato até o seu recebimento definitivo.

10.2.1. A apólice de seguro deverá ser endossada quando das alterações no contrato.

10.3. Os certificados e apólices de seguro devem ser enviados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, para aprovação, antes da assinatura da ordem de início;

10.4. A CONTRATADA deve atender às condições das apólices de seguro;

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1 Como Garantia de Execução dos trabalhos contratados, a CONTRATADA prestou caução, sob a modalidade seguro garantia, da Pottencial Seguradora S.A., apólice nº 01-0745-02-0002878, proposta 3.489, no valor de R\$4.801.582,20. (quatro milhões, oitocentos e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor do presente contrato.

11.2 Sem prejuízo das multas legais aplicadas à CONTRATADA em razão da inexecução do contrato, a Garantia de Execução responderá pelo inadimplemento das obrigações assumidas, podendo a FAPEMIG, a qualquer momento, utilizá-la por esse motivo.

11.3 A Garantia de Execução deverá ser atualizada/reforçada quando das alterações e reajustes no valor do contrato, de modo a perfazer, permanentemente, um total correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratual.

11.4 A garantia será liberada após o cumprimento total do contrato e emissão, pela Comissão de Infra-Estrutura da CONTRATANTE, do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS NORMAS AMBIENTAIS**

12.1 A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou da especificação do projeto.

12.2 A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente;

12.3 A CONTRATADA deverá observar, sempre que houver, os procedimentos estabelecidos nos estudos apresentados para o licenciamento, bem como as condicionantes estabelecidas pelo COPAM e pelo órgão ambiental do município de





Belo Horizonte.

12.4 Os prejuízos causados por embargos pelo órgão ou entidade de controle ambiental, devido a danos decorrentes da execução dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA, bem como os autos de infração lavrados que gerarem pagamentos de multas.

12.5 As licenças ambientais existentes para a obra, não dispensam nem substituem a obtenção pela CONTRATADA de certidões ou outras licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal no decorrer do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

Constituem obrigações das partes:

#### **13.1 – DA CONTRATANTE:**

13.1.1 Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias para a execução do objeto do presente Contrato.

13.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, na forma da Cláusula Décima Quarta.

13.1.3 Efetuar o pagamento conforme previsto na Cláusula Sétima.

#### **13.2 - DA CONTRATADA**

13.2.1. Providenciar para que a obra tenha instalações necessárias, tais como: sala para a fiscalização da CONTRATANTE, inclusive a empresa contratada para tal; barracões para depósito de materiais; sanitários; refeitórios e tapumes; ferramentas e equipamentos necessários e suficientes a boa execução da obra.

13.2.2. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da CONTRATANTE.

13.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer a todos os operários o mínimo de 2 (dois) uniformes, com jaleco e calça, e todos os equipamentos de proteção individual (EPI's), inclusive botas e capacetes. Os valores referentes ao fornecimento dos uniformes e EPI's deverão estar incluídos no custo composto e ofertado pela CONTRATADA.

13.2.4. Manter vigilância permanente no canteiro de obras.

13.2.5. Assegurar, até o recebimento definitivo da obra pela CONTRATANTE, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado, bem assim, vigências da(s) apólice(s) de seguro de que trata a Cláusula Décima e da Garantia de Execução de que trata a Cláusula Décima Primeira deste instrumento jurídico.

13.2.6. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização da CONTRATANTE.



13.2.7. Permitir e facilitar à fiscalização da CONTRATANTE a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

13.2.8. Providenciar a colocação de placas indicativas e informativas na obra.

13.2.9. Informar imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

13.2.10. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela CONTRATANTE.

13.2.11. Manter como responsável(is) técnico(s) o(s) detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item 7.1.4.3. do Edital de licitação, a ser designado como Coordenador para a execução da obra, bem como uma equipe constituída de, no mínimo, 1 (um) Engenheiro Civil, a ser designado como Engenheiro residente, 1 (um) Engenheiro Mecânico, 1 (um) Engenheiro Eletricista, e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, devendo também estes pertencerem ao quadro permanente da empresa.

13.2.11.1. Só será aceita a substituição do(s) responsável(is) técnico(s) por outro(s) responsável(is) técnico(s) que preencha(m) todos os requisitos exigidos item 7.1.4.3 do Edital de Licitação.

13.2.11.2 O responsável técnico da obra deverá visita-lá diariamente e nela permanecer pelo tempo necessário à perfeita execução dos trabalhos, registrando sua visita, horário de chegada e de saída, mediante assinatura no Diário de Obra.

13.2.12. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

13.2.13. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG.

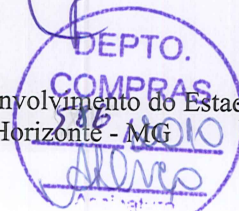
13.2.14. Preencher, diariamente o Diário de Obra mantido permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

13.2.15. Apresentar à CONTRATANTE, quando houver necessidade de extensão das redes públicas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da obra, o comprovante do pedido feito à concessionária do serviço.

13.2.15.1. Concluídos os serviços de extensão de redes públicas, antes do recebimento definitivo da obra, a CONTRATADA deverá promover as respectivas ligações e testes de funcionamento.

13.2.16. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra e normas técnicas brasileiras.

13.2.17. O responsável técnico da CONTRATADA deverá emitir trimestralmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.





13.2.17.1. A CONTRATANTE poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da CONTRATADA.

13.2.18. Providenciar, junto aos órgãos competentes, por sua conta exclusiva, o pagamento de taxas e emolumentos, incumbindo-se de aprovação das licenças necessárias a sua execução.

13.2.19. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

13.2.20. Encaminhar à CONTRATANTE, até 30 (trinta) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG.

13.2.21. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização da CONTRATANTE.

13.2.22. Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização da CONTRATANTE.

13.2.23. Retirar ou substituir qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização da CONTRATANTE, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

13.2.24. Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelos custos e pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, rede de informática, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

13.2.24.1. Concluída a obra, a CONTRATADA terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para a FAPEMIG.

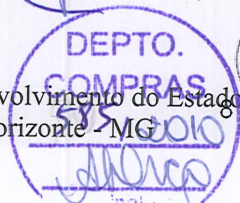
13.2.25. Promover, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, a averbação da obra edificada.

13.2.25.1. A apresentação da certidão de averbação, será documento indispensável para a liberação do Termo de Recebimento Definitivo - TRD.

13.2.26. Acatar as orientações advindas da CONTRATANTE com relação à obra.

13.2.27. Providenciar a construção de uma maquete da sede da FAPEMIG, objeto deste edital, conforme projeto anexo a edital, com: a edificação, paisagismo e humanização das áreas externas, Suporte de exposição da maquete, Escala 1:100, tamanho aproximado 1,85 x 1,50 x 0,85(h)m, caixa de acrílico para proteção da maquete. A maquete deverá ser instalada na sede atual da FAPEMIG, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação deste contrato.

13.2.28. Providenciar a produção de vídeo institucional, com apresentação da nova sede da FAPEMIG. O vídeo deverá ter: as seguintes características básicas: formato de Produção 480i SD; Tempo Médio: 6 min.; trilha sonora original, apresentação por locução. O vídeo deverá estar pronto no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação deste contrato.





**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE especialmente designado pela Presidência, doravante denominado Gestor do Contrato. Incumbirá ao Gestor do Contrato manter contato direto com a CONTRATADA e receber os relatórios mensais e demais documentos emitidos, atestar as notas fiscais/faturas relacionadas aos serviços (artigo 67, da Lei 8.666/93).

14.2 A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.3 Quaisquer exigências do Gestor do Contrato, inerentes ao fiel cumprimento do objeto deste Instrumento, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

14.4 A CONTRATANTE poderá contratar empresa especializada para auxiliar na fiscalização dos serviços.

14.5 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues, se em desacordo com o contrato ou o Edital. Findo o prazo contratual e caso a obra ainda não esteja concluída, a CONTRATADA comunicará o fato ao Gestor do Contrato, através de termo circunstanciado no qual discriminará as etapas ainda não concluídas.

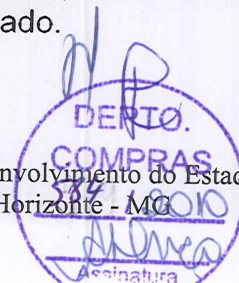
14.6 As partes se submeterão, ainda, às disposições contidas nos artigos 66 a 72, 75 e 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO DO CONTRATO**

15.1 A critério exclusivo da CONTRATANTE e mediante prévia e escrita autorização da Comissão de Infra-Estrutura da CONTRATANTE, após solicitação e justificativas da CONTRATADA, esta poderá, sob sua responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar algumas etapas da obra ou serviço, desde que não se alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

15.1.1 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas da obra/serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA, que executará, por seus próprios meios a obra/serviços de que trata este contrato, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade da obra/serviços a serem executados.

15.1.2 A subcontratatação poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução da obra objeto deste contrato, desde que o pretenso cessionário preencha todos os requisitos exigidos no Edital de licitação e apresente os documentos de habilitação previstos nos itens 7.1.4.1, 7.1.4.2 e 7.1.4.3 do referido edital, quanto aos documentos de qualificação técnica, estes serão exigidos pela CONTRATANTE, conforme o serviço a ser subcontratado.





15.2 A relação que se estabelece nesta licitação é exclusivamente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a CONTRATANTE e a subcontratada, inclusive no que pertine à medição e pagamento direto à subcontratada.

15.3 A CONTRATANTE se reserva no direito de, após a subcontratação dos serviços, exigir da CONTRATADA que o pessoal técnico e auxiliar da empresa subcontratada se submeta à comprovação de suficiência a ser por ela realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

15.4 A CONTRATADA responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DOS TRABALHOS**

16.1 O objeto do contrato será recebido pela CONTRATANTE, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) Provisoriamente, por intermédio de Termo de Recebimento Provisório - TRP;
- b) Definitivamente, por intermédio de Termo de Recebimento Definitivo - TRD, mediante apresentação, pela CONTRATADA, da respectiva certidão de averbação, conforme item 13.2.25.

16.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á após o decurso de prazo necessário à observação ou vistoria que comprove adequação do objeto aos termos contratuais.

16.1.2. O prazo de que trata o item 16.1.1 acima não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

A CONTRATANTE poderá proceder alterações contratuais nas condições previstas nos arts. 58 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões no objeto do presente contrato, nos termos previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, caso seja necessária a aplicação dessa condição.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com as condições previstas nos artigos 77 a 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de a rescisão prevista no art. 77 da Lei Federal 8.666/93 ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a aplicar as Sanções Administrativas previstas na Cláusula Décima Nona deste contrato.





**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste Instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, arts. 81 e 86 a 88.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato celebrado com a CONTRATANTE, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, obedecidos os seguintes critérios estabelecidos pelo art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431, de 29 de dezembro de 2006 e 44.515, de 14 de maio de 2007.

**19.2.1. Advertência escrita** – comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

**19.2.2. Multa**, nas seguintes condições:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

**19.2.3. Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo definido no art. 6º, da Lei nº 13.994, de 2001, e no art. 26 do Decreto nº 44.431, de 29 de dezembro de 2006;

**19.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração Pública Estadual pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo, obedecido o disposto no inciso II do art. 34 do Decreto nº 44.431, de 29 de dezembro de 2006.

**19.3.** O valor da multa aplicada, nos termos do item 19.2.2, alíneas “a”, “b” e “c”, será retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Estadual; ou, caso estes sejam insuficientes, descontado do valor da garantia prestada, ou cobrado judicialmente.

19.4. Constatada a ocorrência do descumprimento total ou parcial do contrato, que aponte a possibilidade de aplicação das sanções descritas nos itens 19.2.1 a 19.2.4, o Gestor do contrato emitirá parecer técnico fundamentado e o encaminhará à Comissão de Infra-Estrutura da CONTRATANTE.

19.5. As sanções previstas nos itens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.4, poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no 19.2.2, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.6. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, conforme § 2º do art. 20



do Decreto nº 44.431, de dezembro de 2006, é de competência exclusiva de Secretário de Estado ou, nos termos de lei, de autoridade a ele equivalente, da qual cabe pedido de reconsideração, nos termos do inciso III do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

19.7. Em qualquer caso, será assegurada à adjudicatária / CONTRATADA a ampla defesa.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

**Parágrafo Único:** É assegurada à CONTRATANTE a faculdade de exigir da CONTRATADA, inclusive como condição de pagamento, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO**

Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da CONTRATADA, esta deverá comunicar formalmente à FAPEMIG, que decidirá sob a manutenção deste contrato, ficando vedada a subrogação contratual.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 Qualquer tolerância por parte da Contratante na exigência do cumprimento do presente Contrato, não constituirá novação ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo da CONTRATADA.

22.2 Verificando-se força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a CONTRATADA se obriga a comunicar, por escrito, à CONTRATANTE a ocorrência do evento.

22.3 Todas as despesas inerentes ao contrato, inclusive encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, correrão por conta da CONTRATADA.

22.4 Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre a CONTRATANTE e CONTRATADA serão feitos por escrito e/ou registrados no Diário de Obra, nas ocasiões devidas, não sendo aceitas quaisquer considerações verbais.

22.5 São partes integrantes deste contrato, o Edital de Licitação identificado no preâmbulo deste instrumento; a Proposta de Preço vencedora da licitação, juntamente com as suas Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, bem como seu o Cronograma Físico-financeiro; os Projetos da obra (básico e executivo); as Especificações; Garantia de Execução da obra, prestada pela CONTRATADA e a(s) apólice(s) do seguro realizado pela CONTRATADA.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

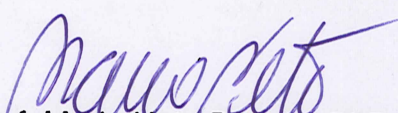
O extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Estado “Minas Gerais”, por conta e ônus da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas as partes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2010.


  
Prof. Mario Neto Borges, PhD  
Presidente da CONTRATANTE

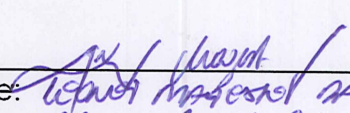
  
Alexandre Milton Lodi  
Diretor da CONTRATADA

  
Frederico Milton Lodi  
Diretor da CONTRATADA

  
Franco Meloni  
Diretor da CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1)   
Nome: Rivaldo Luiz Barbosa Guimarães  
CPF: 444427 036-53

2)   
Nome: Rafael Augusto da Silva  
CPF: 042 754 086 94





**FAPEMIG****Fundação de Amparo à Pesquisa do  
Estado de Minas Gerais**

Assunto: Extrato do Contrato de Prestação de Serviços nº 2.158/2010. Contratante: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Contratada: Empresa Topus Construtora S/A. Objeto: execução integral e perfeita de obras e serviços de engenharia necessários à construção da sede da Contratante. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação. Data de assinatura: 08/10/2010. Valor global estimado: R\$ 48.015.822,01 (quarenta e oito milhões, quinze mil, oitocentos e vinte e dois reais e um centavo).

Dotações Orçamentárias:  
2071.19.122.701.2002.0001.449051.03.60.1.0. Signatários: Mario Neto Borges, PhD - Presidente da FAPEMIG, Alexandre Milton Lodi, Frederico Milton Lodi e Franco Meloni – Diretores da Topus Construtora S/A.

4cm - 08 121253 - X

